

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

2 de dezembro de 2016 | Número 030

BOLETIM INFORMATIVO



Opinião

A prepotência do mercado financeiro na formação de consensos

A conversinha da “confiança” oculta a usurpação das decisões e das informações que afetam a vida dos cidadãos

Luiz Gonzaga Belluzzo

A economia brasileira foi enfiada no buracoda depressão pelos corifeus da “confiança”, uma forma degenerada de exprimir a complexidade da análise keynesiana a respeito das expectativas empresariais diante da incerteza radical em que são tomadas as decisões de gasto e investimento. Keynes dizia:

“Nosso conhecimento dos fatores que governarão o rendimento de um investimento alguns anos mais tarde é, em geral, muito limitado e, com frequência, desdenhável. Para falar com franqueza, temos de admitir que as bases de nosso conhecimento para calcular o rendimento provável, nos próximos dez anos ou mesmo cinco anos, de uma estrada de ferro, uma mina de cobre, uma fábrica de tecidos, um produto farmacêutico patenteado, uma linha transatlântica de navios ou um imóvel na City de Londres se reduzem a bem pouco e às vezes a nada”.

Diante da incerteza radical, os detentores de riqueza são compelidos a tomar decisões apoiados em convenções a respeito das perspectivas da economia. Keynes sugere que as decisões individuais dos agentes só podem apoiar-se no que eles imaginam ser as opiniões dos demais. No capítulo XII da *Teoria Geral*, os concursos de beleza promovidos pelos jornais servem de exemplo para descrever a formação de convenções nos mercados de ativos.

Os leitores são instados a escolher os seis rostos mais bonitos entre uma centena de fotografias. O prêmio será entregue ao leitor cuja escolha esteja mais próxima da média das opiniões. Não se trata, portanto, de apontar o rosto mais bonito na opinião de cada um dos participantes, mas de escolher o rosto que mais se aproxima da opinião dos demais.

Keynes, desse modo, introduz na teoria econômica as relações complexas entre Estrutura e Ação, entre papéis sociais e sua execução pelos indivíduos convencidos de sua liberdade e autodeterminação, mas, de fato, enredados nas perversidades do futuro incognoscível.

Keynes, na esteira de Freud, introduz as configurações subjetivas produzidas pelas interações entre grupos sociais e seus indivíduos. Estão aí implícitos os processos de individuação mediados pelo objetivo da produção capitalista, a acumulação de riqueza monetária.

Nesse percurso, as decisões capitalistas podem dar origem a situações nas quais a busca da riqueza abstrata transforma-se em um obstáculo para a economia gerar emprego e renda para os que dependem dos espíritos animais dos empresários.

Keynes repudiava veementemente as políticas de curto prazo, que julgava “oportunistas”, típicas do keynesianismo bárdaro. Ele revela suas concepções em resposta irada a seu amigo James Meade:



James Meade foi o economista britânico que ganhou o Nobel de Economia em 1977 (LSE Library)

“Você acentua demais a cura e muito pouco a prevenção. A flutuação de curto prazo no volume de gastos em obras públicas é uma forma grosseira de cura, provavelmente destinada ao insucesso. Por outro lado, se a maior fração do investimento está sob o controle público ou semipúblico e assim caminhamos para um programa de estabilidade de longo prazo, flutuações mais intensas serão muito menos prováveis de acontecer. Eu sinto, portanto, que você não faz justiça ao investimento sob controle público ao simplesmente enfatizar a deficiência desse método, enquanto subestima sua eficácia para propósitos preventivos e como forma de evitar flutuações pronunciadas, as quais, uma vez tendo ocorrido, são tão difíceis de enfrentar”.

A geração de déficits monumentais e as políticas exasperadas de liquidez são “formas grosseiras” e danosas de sustentação do lucro macroeconômico e de proteção dos portfólios privados. Na ausência de políticas de coordenação sistemática do investimento, tais formas grosseiras tornam-se imprescindíveis para evitar o desastre de uma depressão e o ônus da crise para a população.

Hoje em dia, a palavra de ordem é fazer genuflexão diante dos poderes da finança. A conversinha da “confiança” oculta a usurpação das decisões e das informações que afetam a vida dos cidadãos.

Poderosas na formação de consensos e na captura dos corações e mentes mediante patranhas midiáticas, as tropas da finança abusam da prepotência e de malfeitorias quando incumbidas de definir os critérios de avaliação dos riscos no festival de desinformações e desenganos que levou a economia brasileira ao desastre de 2015.

*Economista e professor, consultor editorial de CartaCapital

<http://www.cartacapital.com.br/revista/929/a-prepotencia-do-mercado-financeiro-na-formacao-de-consensos>

Artigos

Governo terá de encarar a realidade após aprovação da PEC do Teto

Laura Carvalho*

O Senado aprovou na terça-feira (29), em primeiro turno, a PEC 55, que tem sido vendida desde o início do governo Temer como uma verdadeira panaceia para os graves problemas enfrentados pela economia brasileira. Com a provável aprovação da proposta em segundo turno no próximo dia 12, o governo terá de encarar a realidade.

Se a retomada do crescimento econômico, a criação de postos de trabalho e o reequilíbrio das contas públicas dependessem apenas de uma base de 3/5 dos senadores e de uma alteração retrógrada na Constituição, o governo Temer estaria salvo. O que os números mostram, no entanto, é que a macroeconomia existe.

O desemprego em alta, o alto grau de endividamento de empresas e famílias, o aumento da capacidade ociosa da indústria e as sucessivas frustrações de arrecadação das várias esferas de governo são apenas alguns dos elementos que vêm transformando a economia brasileira em um deserto. Sem perspectiva de retomada do consumo, das exportações e da capacidade de investimento do Estado, o investimento privado não tem razões concretas para reagir. Diante de tal cenário e de uma recessão que já chega a 10% do PIB, o governo Temer, se sobreviver até lá, terá alguns caminhos possíveis.

O primeiro é tentar suprir a síndrome de abstinência deixada pela PEC 55 com a reforma da Previdência, iniciando mais uma rodada de negociações difíceis com a base parlamentar. Assim como a PEC, a reforma não tem efeitos imediatos e não ajudará a resolver a situação fiscal de curto prazo ou a crise econômica no país. Mas, ao contrário da PEC, que disfarçou seus impactos futuros sobre direitos conquistados sob o véu da responsabilidade fiscal, a Previdência é assunto que a maior parte dos brasileiros entende.

A tolerância da população, que, após os sucessivos escândalos de corrupção envolvendo membros do alto escalão do governo e as manobras do sistema político para salvar-se da Operação Lava Jato, já está próxima de zero, não deve facilitar em nada a vida do governo.

A alternativa seria descontentar sua base "patista" de apoio e propor a elevação de impostos para resolver o problema fiscal de curto prazo. O fim das desonerações fiscais concedidas ao longo do primeiro governo Dilma e o fim da isenção de IRPF sobre dividendos, que já dura mais de 20 anos, seriam suficientes para reduzir o déficit fiscal pela metade no ano de 2017.

O problema é que um reequilíbrio das contas públicas não serviria mais ao propósito de ampliar a capacidade de investimento do Estado – o único capaz de agir em meio à crise para puxar uma retomada. Mesmo em caso de aumento de receitas, a PEC 55 inviabiliza, na prática, uma expansão dos investimentos.

Se o governo conseguir, em meio a tanta incerteza, atrair investidores para as concessões do Plano de Parcerias de Investimentos (PPI), os efeitos concretos sobre o investimento só viriam após 2018, na melhor das hipóteses. De mais imediato, sobra apenas a renovação das concessões de ferrovias e rodovias com contrapartida em investimentos, se os órgãos de controle permitirem.

Após dois anos de frustrações nas projeções, a ficha parece estar caindo até mesmo entre os analistas mais ingênuos. Na era da pós-verdade, a economia ainda é movida por fatos.

*Professora do Departamento de Economia da FEA-USP com doutorado na New School for Social Research (NYC).

Aragão e 10 medidas: é um projeto de poder

"Avanços democráticos se fazem defendendo a Constituição, não agindo contra ela"

Eugenio Aragão

O que o ministério público federal entende de "avanço democrático"?

Chega a ser uma pilharia ler-se na Folha de São Paulo, ontem, artigo subscrito pelo Senhor Procurador-Geral da República a defender as famigeradas "10 Medidas", difundidas em estrondosa campanha institucional pelo ministério público federal. Foram as propostas qualificadas por S. Exª como "avanço democrático", pois seriam "fruto de uma longa e bem-sucedida iniciativa que angariou amplo apoio popular, já que mais de 2 milhões de brasileiros o subscreveram".

Nunca é demais reafirmar que as chamadas "10 medidas" são objeto de intensa publicidade feita com recursos públicos. Nada têm de iniciativa popular, mas, sim de iniciativa corporativa vendida como remédio necessário para o "combate à corrupção" e, em verdade, não passa de um grande engodo para que a sociedade venha a aceitar restrições a garantias fundamentais.

Assinaram-na 2 milhões de incautos ou desinformados, havendo, antes, a opinião pública, sido bombardeada com notícias e editoriais que vendiam a corrupção como o maior mal do País. Uma autêntica campanha de argumentos *ad terrorem*.

Por detrás de tudo está um projeto de poder corporativo, que torna os órgãos do complexo policial-judicial intangíveis pelos abusos que vêm cometendo em suas ruidosas investigações por forças-tarefa. Pretendem aproveitar provas ilícitas, querem o poder de amplo *plea bargain* a condonar cidadãos por acordos que dispensem a instrução criminal, sonham em poderem armar situações de ofertas ilusórias de peita para testar integridade de funcionários, gostariam de tornar o habeas corpus mais burocrático, impedindo juízes de concedê-lo ex officio sem audiência prévia do ministério público e por aí vai.

O ministério público não tem se revelado uma instituição merecedora de tamanha confiança que lhe permita agir sub-repticiamente contra a cidadania. Tem evoluído, isto sim, a um monstrengão indomável pelo estado democrático de direito, megalomaníaco, a querer sufocar todos outros formadores da vontade política da Nação. Quer-se ungido por indiscutível superioridade moral que, no fundo, não passa de arrogância e prepotência. Querer qualificar isso de "avanço democrático" é o cúmulo da falta de auto-crítica.

Avanços democráticos se fazem, antes de mais nada, defendendo a constituição e não agindo contra ela. Onde estava o ministério público quando um deputado quadrilheiro, hoje preso por representar risco à ordem pública, logrou movimentar-se para destituir a presidente democraticamente eleita? Onde estava o ministério público quando o Sr. Moro divulgou criminosamente interceptações feitas em chamadas da presidente da república? Onde estava o ministério público quando ministro supremo indisfarçavelmente partidário da então oposição, impediu a entrada em exercício do ministro-chefe da casa civil nomeado pela presidente da república, utilizando-se como "prova" de desvio de finalidade de sua nomeação interceptações flagrantemente ilegais? Onde estava o republicanismo do ministério público quando determinou com bumbo e fanfarra a instauração de inquérito contra a presidente da república por fato à toda evidência fútil às vésperas de seu julgamento pelo Senado?

A atual administração do ministério público federal não tem o direito de pronunciar a palavra "democracia", porque se associou, com ações e omissões, às forças do atraso, carregando em suas costas o peso de parte decisiva do golpe contra um governo legítimo para permitir se instaurar um regime autoritário de rapina das conquistas sociais, de desprezo aos direitos fundamentais e de cupidez com a prática de desvio de poder para o atendimento de interesses privados escusos. A inação desse ministério público que fala de democracia foi causa eficiente para sacrificá-la. E agora quer posar de força moral para "combater" a corrupção, como se fosse travar uma guerra em que as convenções de Genebra e da Haia na têm aplicação: tempos extraordinários exigem medidas extraordinárias, não é, Senhor Procurador-geral?

Ninguém nega a importância de ações de controle da corrupção. Mas não se pode vender a ideia que um direito penal que distinga entre pessoas de bem e pessoas más propensas ao crime, ou seja, inimigos, possa validamente fazer esse serviço. Um direito penal dessa espécie é a confissão do fracasso do próprio controle, é direito penal simbólico a servir de escusa para a incompetência em formular e implementar políticas estruturantes contra a corrupção. Serve apenas para desopilar o fígado de uma sociedade cheia de ódios e fobias, adredeadamente incutidas em seu seio para se tornar manipulável por esse tipo de campanha que só tem por resultado a alavancagem do poder corporativo.

Acorda, Brasil, pois "tem gente que está do mesmo lado que você, mas deveria estar do lado de lá! Tem gente que machuca os outros, tem gente que não sabe amar! Tem gente enganando a gente: veja a nossa vida como está... Mas eu sei que um dia a gente aprende. Se você quiser alguém em quem confiar, confie em si mesmo. Quem acredita sempre alcança!", para lembrar de rica lição de vida de Renato Russo.

*Ex-Ministro da Justiça.

Notícia

Desafio dos sindicatos e movimentos sociais é trazer os trabalhadores para a luta contra o desmonte de Temer

Essa é uma das mensagens do debate com Boulos, secundarista Ana Júlia, Berzoini e Graça Costa, que abriu nesta terça 29, em Brasília, a Assembleia da Fetec-CUT/CN



Crédito: Guina Ferraz - Fetec-CUT/CN

O governo ilegítimo de Michel Temer está desmontando a democracia, o Estado, a CLT e a Constituição de 1988, ao impor o programa neoliberal do grande capital e do imperialismo norte-americano, atuando conjuntamente com o Legislativo, com o Judiciário e com a grande mídia. A grande maioria dos trabalhadores e da população ainda não se deu conta do que está em jogo e assiste passivamente o maior ataque a seus direitos desde o final da ditadura militar, o que facilita o avanço do desmonte. O grande desafio do movimento sindical e dos movimentos sociais é, urgentemente, voltar a fazer trabalho de base, dialogar, convencer e organizar essa maioria a ir pra rua barrar os ataques e derrubar esse governo não eleito. Essas foram, em síntese, as avaliações e opiniões manifestadas pelos palestrantes Guilherme Boulos, Ana Júlia Ribeiro, Ricardo Berzoini e Graça Costa, que participaram nesta terça-feira 29 do debate Os Desafios dos Trabalhadores, na abertura da Assembleia Geral Ordinária da Federação dos Bancários do Centro Norte (Fetec-CUT/CN), que está sendo realizada em Brasília e termina na quinta-feira 1º de dezembro.

Vamos pra rua defender a educação pública'



Estudante secundarista de apenas 16 anos que encantou o país ao calar a Assembleia Legislativa do Paraná durante as ocupações das escolas de Curitiba, no final de outubro, Ana Júlia Ribeiro defendeu o movimento de resistência estudantil e criticou tanto o governo estadual de Beto Richa, pelos ataques aos professores e estudantes, como o governo Temer, pela edição da PEC 55, que congela por 20 anos os investimentos em políticas públicas, inclusive saúde e educação.

"Ocupamos as escolas porque o governo não nos ouvia. Nossa luta é para melhorar a educação pública, que no Paraná está passando por um retrocesso. Faz um ano que o governo Richa jogou a cavalaria e as bombas contra nossos professores, que foram agredidos e humilhados, e tentou fazer o mesmo com nosso movimento", disse Ana Júlia. "Mas dissemos para eles que a escola é pública, ela é nossa, é dos filhos dos trabalhadores, e vamos ocupar, sim." Ana Júlia denunciou o "discurso de criminalização dos movimentos sociais" empregado pelos governos estadual e federal e afirmou que a PEC 55 e a reforma do ensino médio anunciado pelo governo federal representam "um retrocesso de 80 anos", que têm o objetivo de impedir que os filhos dos trabalhadores tenham acesso ao conhecimento e adquiram consciência crítica dos problemas do país. "Não aceitamos isso e por isso vamos à rua", completou.

'O maior ataque aos direitos desde a redemocratização'



Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) de São Paulo, Guilherme Boulos considera a PEC 55 "talvez o ataque mais grave aos trabalhadores desde a ditadura militar", mas que o movimento sindical e os movimentos sociais ainda não conseguiram mobilizar a classe trabalhadora porque a ficha ainda não caiu para a maioria".

A percepção de Boulos:

- > "Não há qualquer precedente no mundo, nem as ditaduras tiveram essa audácia, um país que tenha congelado por 20 anos os investimentos sociais."
- > "É uma verdadeira desconstituinte, porque está destruindo o que a Constituição de 1988 tem de melhor, que é a noção do Estado de bem estar social."
- > "Isso vai levar o Estado brasileiro à falência. E é proposital. Vai sucatear o SUS. Isso será agravado porque 1,8 milhão de famílias já cancelou os planos de saúde privados e vai usar a saúde pública. Depois eles lançam plano de saúde popular privado. O mesmo vai acontecer com a educação."
- > "Em algum momento o Brasil voltará a crescer. Mas os investimentos em políticas públicas estarão congelados. E para onde vai a arrecadação? Para os rentistas que investem nos títulos da dívida pública."



Notícia

2 de dezembro de 2016 | Número 030

> "O governo Temer é o governo mais perigoso desde o fim da ditadura militar porque, mesmo sem legitimidade, não precisa se preocupar com reeleição e por isso pode cometer as maiores atrocidades. E eles têm pressa porque o tempo deles é curto. Com a PEC 55 e as reformas trabalhista e previdenciária, lança um ataque frontal aos direitos dos trabalhadores. Em seis meses, esse governo ilegítimo vai destruir a Constituição e a CLT."

> "É um atentado à democracia de um governo ilegítimo, que decide os investimentos dos quatro governos futuros. O voto popular não valerá mais nada."

> "A maioria da população está apenas assistindo ao golpe pela TV, sentada no sofá, sem entender direito o que está acontecendo. Nossa desafio é amassar barro, dialogar com os trabalhadores, ir aos locais de trabalho conversar, explicar o que está ocorrendo e organizar a população para fazer esse confronto."

> "Mas vai chegar a hora em que a ficha vai cair e a reação virá. Querímos ou não, em 2017 o país vai pegar fogo de cima abixo. Mas não necessariamente essa reação popular será na direção que queremos e precisamos. Se não soubermos apresentar propostas claras e objetivas, a direita pode catalisar as insatisfações e o país descambiar para soluções autoritárias, como estamos vendo em várias partes do mundo."

> "Nosso desafio é fazer o velho trabalho de base, dialogar com os trabalhadores e com a sociedade e dar uma direção a esse movimento. E para sermos referência, temos que ter as propostas corretas, construir uma pauta ampla de unidade e fazer a disputa nas ruas. Se ficar cada um no seu canto, agindo corporativamente, seremos derrotados de todos os lados. Temos que agilizar o nosso tempo."

'Precisamos juntar as mobilizações para barrar o golpe'

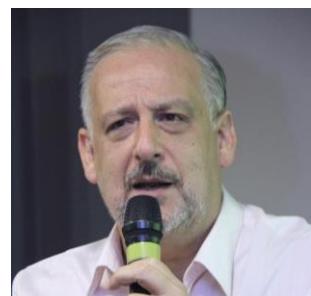


A diretora de Relações do Trabalho da CUT Nacional, Graça Costa, que representa a central nas articulações que estão sendo feitas pelas forças progressistas no Congresso no sentido de tentar barrar os ataques contra os trabalhadores, apresentou no debate o vídeo com a entrevista do vice-presidente da Fiesp, Benjamin Steinbruch, em que defende a predominância do negociado sobre o legislado, a extinção de direitos como carteira de trabalho, férias e 13º, a ampliação da jornada de trabalho e a redução do horário de almoço para 15 minutos.

"Parece piada, mas é isso que acontecerá se forem aprovadas as iniciativas do governo federal e de parlamentares conservadores que estão tramitando no Congresso e no Judiciário, como a PEC 55, a liberação total das terceirizações e o negociado sobre o legislado", advertiu Graça Costa.

"Está em curso uma estratégia muito grave do grande capital contra os interesses dos trabalhadores. Estamos encurrados no Congresso Nacional, no STF e no TST. Nossa grande desafio é juntar as mobilizações setoriais que acontecem Brasil afora e convencer e mobilizar a maioria que ainda está calada para barrar o golpe. Se não conseguirmos, as relações de trabalho no Brasil retroagirão ao século 19", concluiu a dirigente cutista.

'Sistema financeiro incentivou o golpe'



Para Ricardo Berzoini, ex-deputado federal e ex-ministro, o golpe contra o governo democrático e popular desfechado em 2016 "vinha sendo ardilosamente preparado desde 2005", com a crise do "mensalão", "mas naquela época não tinha clima", e foi acelerado com a decisão da presidente Dilma Rousseff de baixar a taxa Selic em seu primeiro governo.

"Foi o sistema financeiro que incentivou o golpe quando a taxa Selic caiu para 1,6% real, atraindo apoio dos Estados Unidos, dos neoliberais e do grande capital, para implantar o programa que está sendo imposto por um governo ilegítimo, que está implodindo simultaneamente os legados de Getúlio Vargas e de Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, que nos deu a Carta de 1988, que tem a marca do Estado do bem-estar social e da proteção ao trabalho", sustentou Berzoini, também ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e primeiro presidente da CNB-CUT (antecessora da Contraf-CUT).

O ex-ministro avalia que há no Brasil "várias âncoras que impedem os avanços e o desenvolvimento" nacional, duas das quais são a estrutura da propriedade agrária e a estrutura do sistema financeiro nacional, hoje concentrada em apenas cinco bancos de varejo, dois deles públicos federais (BB e Caixa).

Berzoini também defendeu a urgência de os movimentos sociais e sindical se articularem para esclarecer e mobilizar os trabalhadores contra os ataques aos direitos sociais e trabalhistas. "Somente a luta, a luta, a luta derrubará esse governo ilegítimo e o programa antipopular que ele representa", concluiu.

<http://www.fetecn.com.br/noticia/desafio-dos-sindicatos-e-movimentos-sociais-e-trazer-os-trabalhadores-para-a-luta-contra-o-desmonte-de-temer/>

Notícia

“Golpistas aprovam PEC da Morte, mas grito nas ruas não se calará”



Mais um passo para concretizar o golpe de Michel Temer e Cia foi dado na noite dessa terça (29). Após sete horas de falações no plenário do Senado, a Proposta de Emenda à Constituição 55 foi aprovada em primeiro turno por 61 votos favoráveis e 14 contrários. A proposta do presidente ilegítimo, conhecida como PEC da Morte, joga nas costas da sociedade, principalmente a de baixa renda, a conta da crise econômica no Brasil: corta na Saúde, na Educação, em todos os investimentos sociais por 20 anos e, ao mesmo tempo, poupa qualquer medida que atinja o megaempresariado, além de aprofundar a negativa situação econômica do País. “Embora já tivéssemos a expectativa de que o resultado não seria favorável à sociedade, já que a base aliada de Temer golpista e empresarial é maior no Congresso, o placar conferido no plenário do Senado nessa terça assola o povo brasileiro. São décadas e décadas de retrocesso. E é por isso que nós da CUT, dos movimentos estudantil e social; todos nós, cidadãos que estamos amargando com esse governo golpista, temos de ampliar a pressão contra o retrocesso. Golpistas aprovam PEC da Morte, mas o grito nas ruas não se calará. Seguiremos denunciando os interesses antitrabalhadores e mostraremos nossa indignação e resistência na votação em segundo turno da PEC 55 no dia 13 de dezembro”, afirma o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto.

O dirigente sindical ainda repudia a violência policial investida sem limites contra os cerca de 50 mil manifestantes de todo Brasil que protestaram nessa terça (29), em Brasília, em repúdio à PEC 55. “Por que a polícia investiu sobre a multidão de 50 mil que exercia pacificamente o livre direito à manifestação? Centenas de pessoas, inclusive jovens menores de idade, foram gravemente atingidos por bombas, spray de pimenta, cassetadas, golpes da cavalaria e todo artifício usado indiscriminadamente pela polícia em manifestações. E, ao contrário do que dizem na grande mídia comercial, quem provocou o caos e transformou a Esplanada dos Ministérios em uma praça de guerra, foi a própria polícia militar de Temer e Rollemberg, que recebeu os manifestantes no gramado do Congresso com porrada.” Leia mais aqui:

<http://www.cutbrasilia.org.br/site/temer-responde-manifestantes-contra-pec-55-nos-moldes-da-ditadura/>

Jornais e tevês, que monopolizam e manipulam informação no país e sempre foram favoráveis ao golpe de Estado, tentaram retratar os movimentos sociais como “vândalos”, ressaltando ações de poucos provocadores e ignorando as verdadeiras e nefastas causas da manifestação. “A mesma mídia golpista segue escondendo da população o debate sobre os reais efeitos que a PEC teria sobre a vida das pessoas. Com uso de força policial e outras táticas, a direita segue criando e provocando situações de violência para criminalizar o movimento social”, completa Marcos Junio, dirigente da CUT Brasília.

A história do movimento social e sindical de Brasília mostra que as mobilizações populares são tratadas com violência.

Os acontecimentos desta terça durante a marcha contra a PEC 55 e pelo Fora Temer na Esplanada lembram a repressão ocorrida há exatos 30 anos numa passeata contra o plano cruzado II e pelo Fora Sarney, rememora Jacy Afonso, dirigente da Fetec CUT-CN e ex-presidente da CUT Brasília. Leia artigo dele, escrito em 2011, lembrando o episódio em <http://cut.org.br/artigos/badernaco-o-dia-em-que-a-classe-trabalhadora-do-df-a-28f/>.

Dia 13 tem mais

A PEC 55 ainda passará pela votação em segundo turno no Senado. Mas, segundo o assessor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Neuriberg Dias, o resultado não deve ser animador para a sociedade. “Passando agora, o segundo turno tende a confirmar o que foi aprovado no primeiro”, afirma. A votação em segundo turno da PEC da Morte está programada para 13 de dezembro.

Foram rejeitados todos os destaques apresentados pela oposição e que foram votados separadamente. O primeiro, de autoria do senador Humberto Costa (PT/PE), retiraria do congelamento de gastos os recursos da saúde e da educação (55 votos contra 17). O segundo, também de autoria de Humberto Costa, pedia a realização de um referendo popular em 2017 para que os brasileiros pudessem decidir se concordam ou não o novo regime fiscal proposto pelo governo federal (51 votos contra 15). Por fim, o destaque da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) sugeriu um limite de gastos também para o pagamento de juros e encargos da dívida pública da União (52 votos contra 16).

As rejeições comprovam as intenções da PEC 55: atender exclusivamente aos interesses do mercado. “Eu quero que mostrem uma medida que atinja os ricos com essa PEC. Taxação de grandes fortunas, lucros e dividendos, juros. Nada! Não há nada para os ricos, não há nada para os banqueiros. É um ajuste feito todo em cima do povo pobre brasileiro”, discursou em plenário nessa terça (29) o senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

<http://www.cutbrasilia.org.br/site/golpistas-aprovam-pec-da-morte-mas-grito-nas-ruas-nao-se-calara/>

Nota

CARTA DE BRASÍLIA: Fora Temer. Nenhum direito a menos. Nenhum privilégio a mais

Leia aqui o documento oficial da Fetec-CUT/CN lançado ao final da Assembleia Geral Ordinária realizada em Brasília de 29 de novembro a 1º de dezembro



A Federação dos Bancários do Centro Norte (Fetec-CUT/CN), reunida em Assembleia Geral Ordinária entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro, em Brasília, fez um amplo debate sobre a grave conjuntura nacional e aprovou um plano de ação priorizando a busca da unidade, não apenas da categoria bancária, mas de toda a classe trabalhadora e dos movimentos sociais para combater o ilegítimo governo de Temer e a ofensiva reacionária e neoliberal que está em marcha contra os direitos dos trabalhadores e os interesses nacionais, desencadeada pelo Executivo, pelo Legislativo, pelo Judiciário e pela grande mídia, a serviço do grande capital nacional e internacional, tendo à frente o sistema financeiro.

Durante a assembleia, participamos do ato convocado pela CUT, outras centrais sindicais e movimentos sociais e estudantis, que no dia 29 reuniu mais de 15 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios para protestar contra a aprovação da PEC 55, que congela por duas décadas os investimentos em políticas públicas e assegura o desvio da riqueza nacional para os bolsos dos banqueiros e rentistas que detêm os títulos da dívida pública. E condenamos veementemente a brutal violência da PM contra a manifestação, assim como a pusilânime posição da Força Sindical de responsabilizar os manifestantes pelas atrocidades da polícia.

Os debates sobre a conjuntura no seminário "Os Desafios da Classe Trabalhadora",

que abriu a assembleia e tiveram a participação de outras categorias e movimentos foram enriquecidos com a contribuição de palestrantes convidados, entre eles coordenador do MTST; a líder secundarista paranaense Ana Júlia Ribeiro, o ex-deputado e ex-ministro Ricardo Berzoini; a diretora da CUT Graça Costa e o professor da FGV Daniel Pereira Andrade.

Discutimos as perdas que estão sendo impostas aos trabalhadores pelo avanço do neoliberalismo, trazendo fortes impactos até nas relações sociais, além de novos obstáculos para a atuação do movimento sindical. São riscos e perdas, embutidos em inúmeras iniciativas que tramitam no Executivo, no Parlamento e no Judiciário, que ainda não foram percebidos pela maioria dos trabalhadores e da população.

Constatamos a necessidade – e assumimos esse compromisso – de ampliar o diálogo com a categoria bancária, com a classe trabalhadora e com toda a sociedade para esclarecer e alertar sobre essas graves ameaças num esforço urgente para organizá-los e trazê-los às ruas e fortalecer nossa luta contra a PEC 55, privatizações, liberação total da terceirização, entrega do pré-sal etc..

São medidas que aprofundam o neoliberalismo, o que significa perda de direitos dos assalariados e mais privilégios para as elites dominantes, seja por meio dos ganhos do rentismo ou pela remuneração abusiva autoconcedida, acima do estipulado pela legislação, de uma casta encrustada nas instituições.

Temos que estar atentos para o novo modelo bancário que começa a ser tornar realidade, como a introdução das agências digitais e a ampliação dos mobile payment, que colocam em risco o emprego da categoria, como mostrou a economista do Dieese Vivian Machado, da subseção da Contraf-CUT.

A partir das apresentações dos economistas Regina Coeli Camargos (também do Dieese) e Murilo Barela, ex-diretor no Ministério do Planejamento, pudemos discutir em profundidade a importância dos bancos públicos para o desenvolvimento do país, como ficou claro durante a crise financeira de 2008, quando o Banco do Brasil, a Caixa e o BNDES atuaram decisivamente para ampliar o crédito e reduzir a taxa de juros. Aprovamos um calendário de ações para defender os bancos públicos das ameaças de desmonte do governo Temer, campanha para a qual precisamos envolver toda a sociedade brasileira.

Nossos desafios são imensos. Mas certamente saímos da assembleia mais preparados e fortalecidos para travar as lutas inadiáveis da classe trabalhadora em defesa de nossos direitos e conquistas. Assumimos o compromisso de voltar a nossas bases e intensificar o diálogo com os bancários para fortalecer a luta em defesa dos direitos da categoria e da classe trabalhadora, do emprego, dos bancos públicos e contra os ataques desse governo ilegítimo.

Até agora, de maneira geral, fizemos o enfrentamento com o governo federal de forma corporativa e fragmentada. Precisamos agir com determinação para ampliar a unidade e a ação coletiva da classe trabalhadora como um todo, apontando para a realização de uma greve geral em defesa dos nossos direitos e conquistas.

Fora Temer. Nenhum direito a menos. Nenhum privilégio a mais

A Direção da Fetec-CUT/CN

Brasília, 1º de dezembro de 2016.

Acontecendo

PORTO VELHO (RO)

03/12 SÁBADO 9 HORAS

participarão do debate
ANA FONSECA, ESTHER BEMERGUY E LUÍS NOVOA

SINDICATO DOS URBANITÁRIOS DE RONDÔNIA
R. ALMIRANTE BARROSO, 1154, CENTRO, PORTO VELHO (RO)

REALIZAÇÃO:
FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

APÓIO:
Frente Popular
SINDUR

A EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA E A CULTURA CASA PARK CONVIDAM PARA O LANÇAMENTO DO LIVRO

dia 07/12 quarta hora 19H

BRASÍLIA
CULTURA CASA PARK
BRASÍLIA - DF

Jango e eu
JOÃO VICENTE GOULART
Memórias de um exílio sem volta

BOLETIM INFORMATIVO

2 de dezembro de 2016 | Número 030

V Seminário Nacional da Articulação Justiça e Direitos Humanos

Democratização do Sistema de Justiça
Quem está julgando seus direitos?

5 e 6 de dezembro

Local: Outras Palavras
(Rua Conselheiro Ramalho, 945)
São Paulo - SP

Realização:
JusDh
ARTICULAÇÃO JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Apóio:
FRIEDRICH EBERT STIFTUNG

CONFERÊNCIA
A LUTA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA HOJE

09/12 sexta-feira 19HORAS

COM
DILMA ROUSSEFF E CRISTINA KIRCHNER

Local: Casa de Portugal
Av. da Liberdade, 602, São Paulo

realização:
FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

apoio:
PT PCdoB CUT Fundação Marcha das Mulheres FRIEDRICH EBERT STIFTUNG HAMILTON CARDOSO CLACSO TRANSMISSÃO AO VIVO tevêFPA



Cronologia

25 de novembro: Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres - Este dia foi escolhido para homenagear o violento assassinato das irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e María Teresa) no dia **25 de Novembro de 1960**, pelo ditador Rafael Trujillo, na República Dominicana.

1º de dezembro: Dia Mundial de Combate à Aids - Chama a atenção para um espírito de tolerância social e para uma maior troca de informação sobre HIV/Aids.

6 de dezembro: Dia do Laço Branco - Mobilização mundial de homens pelo fim da violência contra as mulheres.

10 de dezembro: Dia Internacional dos Direitos Humanos - A data lembra que violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos.



Seminário Mulher: Diálogos sobre Empoderamento Político, Econômico e Social e Enfrentamento à Violência

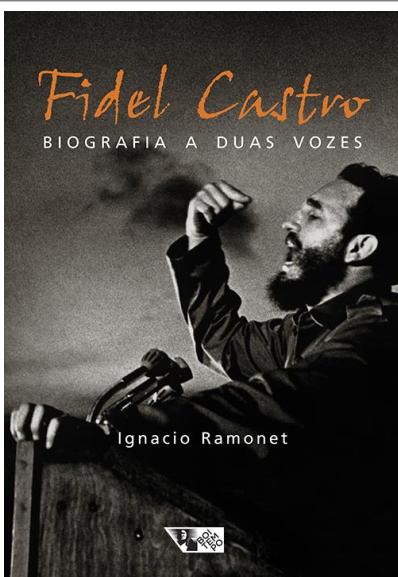
Data: 13 a 15 de dezembro
Local: Senado Federal
Público: legisladores; representantes dos setores público e privado; entidades do movimento organizado de mulheres e organismos internacionais

..

O seminário, que faz parte da programação dos 16 Dias de Ativismo, é uma realização da Procuradoria da Mulher e do Observatório da Mulher, no âmbito do Senado, e da Comissão Mista Permanente de Combate à Violência contra a Mulher, do Congresso Nacional, com apoio do Grupo Banco Mundial e da ONU Mulheres.

As inscrições podem ser feitas na internet, no endereço www.seminariomulheresnopoder.com.br.

Dicas



Fidel Castro: biografia a duas vozes foi lançado em 2006 pela Boitempo após uma dura batalha para conseguir os direitos de publicação no Brasil, pois os agentes espanhóis haviam recebido proposta de uma grande editora local. O fator decisivo foi quando o próprio Fidel, por intervenção direta de Emir Sader e de Ignácio Ramonet, tomou posição e disse aos agentes que no Brasil o livro deveria sair pela Boitempo. E assim foi feito. Nossa edição, que teve sua tiragem completamente esgotada e já está em processo de reimpressão, tem prefácio de Fernando Morais e tradução de Emir Sader.



Algumas considerações sobre os resultados do PIB no 3º trimestre de 2016

Os dados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil do segundo trimestre de 2016 (período de julho a setembro) indicam continuidade do processo de recessão da economia brasileira, que se arrasta desde 2014. Mesmo com dois anos de taxas ruins, o terceiro trimestre de 2016 registra uma queda de 4,4% considerando o período de 12 meses, diminuição 4,0% considerando somente 2016, 0,8% considerando a comparação entre o 2º e 3º trimestre de 2016 e 2,9% se comparado com o 3º trimestre de 2015. Ou seja, mesmo com indicadores já negativos, o 3º trimestre de 2016 mostra a manutenção da deterioração da economia do país, que permanece sem qualquer reação ou mesmo perspectiva de melhora.

Leia em:

http://192.168.10.80/service/home/-/SUBSEÇÃO%20DIEESE%20CUT%20-%20PIB%203º%20tri%202016.pdf?auth=co&loc=pt_BR&id=10449&part=2

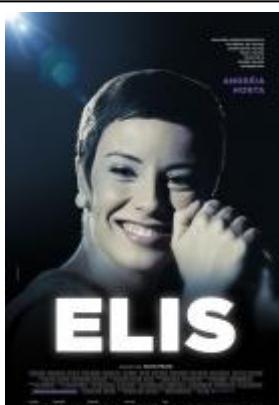
BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Novembro de 2016

ONU realiza curso Mulheres para a Paz: inscrições abertas

Estão abertas até o dia 11 de dezembro as inscrições para o treinamento Mulheres para a Paz, que oferecerá bolsas de estudo para mulheres em início de carreira, com idade entre 22 e 32 anos. São 35 bolsas para América Latina e Caribe. As aulas presenciais devem acontecer na Costa Rica e a bolsa cobre gastos com viagem e hospedagem. As inscrições devem ser feitas no site www.dnpeeducation.org. Maiores informações no próprio site ou através do email: dnpe@unvienna.org



Cantora desde a infância, Elis Regina Carvalho Costa (Andréa Horta) entra na vida adulta deixando o Rio Grande do Sul para espalhar seu talento pelo Brasil a partir do Rio de Janeiro. Em rápida ascensão, ela logo conquista uma legião de fãs, entre eles o famoso compositor e produtor Ronaldo Bôscoli (Gustavo Machado), com quem

acaba se casando. Estrela de TV, polêmica, intensa e briguenta, a "Pimentinha" não tarda a ser reconhecida como a maior voz do Brasil, em carreira marcada por altos e baixos.

BOLETIM INFORMATIVO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Clever Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretária da Mulher

Rose Lidiane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

TUXAUA
SECRETARIA DE FORMAÇÃO

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os sateré-mawé, por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.

Boletim Informativo da Secretaria de Formação FETEC-CUT/Centro Norte

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT
Fone: (65) 3363 6600

E-mail Secretaria de Formação: formacao@feteccn.com.br

